

A América Latina diante da crise desencadeada pela pandemia

Latin America in the face of the crisis triggered by the pandemic

Francisco Luiz Corsi¹

RESUMO

O presente artigo aborda os impactos da crise econômica que irrompeu com a pandemia de coronavírus na América Latina. Analisamos esse processo a partir de uma perspectiva histórica. A situação dos países latino-americanos, que passam por uma severa retração econômica, que acarretou uma deterioração ainda maior das condições de vida de ampla parcela de suas populações, só pode ser entendida no contexto de crise estrutural do capitalismo global que se arrasta por mais de uma década e cujo um de seus desdobramentos foi a tendência de baixíssimo crescimento da América Latina, desde o esgotamento do boom de commodities. A profundidade da crise atual e as dificuldades para uma rápida e vigorosa retomada da atividade econômica decorrem, em boa medida, dos limites do modelo de crescimento econômico baseado sobretudo nas exportações de bens primários e na ampliação do consumo interno.

Palavras-chave: América Latina. Crise econômica. Política Econômica.

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

ABSTRACT

This article addresses the impacts of the economic crisis that broke out with the coronavirus pandemic in Latin America. We set out to understand this process from a historical perspective. The situation of Latin American countries, which are undergoing a severe economic downturn, which has led to an even greater deterioration in the social living conditions of a large portion of their populations, can only be understood in the context of the structural crisis of global capitalism that has more than a decade and one of its developments was the very low growth trend in Latin America, since the commodity boom ended. The depth of the current crisis and the difficulties for a rapid and vigorous resumption of economic activity are largely due to the limits of the economic growth model based mainly on exports of primary goods and the expansion of domestic consumption.

Key-words: Latin America. Economic crisis. Economic Policy

Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir os impactos da crise econômica desencadeada pela pandemia de coronavírus na América Latina partir de uma perspectiva histórica. Entendemos que a situação dos países latino-americanos, que enfrentam severa retração econômica e deterioração das condições de vida e trabalho de ampla parcela de suas populações, só pode ser compreendida no contexto de crise estrutural do capitalismo global que se arrasta por mais de uma década e cujo um de seus desdobramentos foi a tendência de baixíssimo crescimento da América Latina, desde o esgotamento do boom de commodities. A profundidade da crise atual decorre, em boa medida, dos limites do modelo de crescimento econômico baseado sobretudo nas exportações de bens primários e na ampliação do consumo.

Embora as peculiaridades nacionais sejam marcantes, consideramos que a discussão da região como um conjunto se sustenta, pois os países latino-americanos comungam uma série de elementos e processos históricos, em particular: a origem comum de suas economias a partir do processo de expansão comercial capitalista iniciada no século XV; a acentuada concentração da propriedade da terra; a elevada concentração da renda, a economia voltada para a exportação de bens primários; o processo de industrialização via substituição de importações e a posição subordinada e dependente na economia mundial. Estas experiências comuns conferem certa unidade a região.

O artigo está dividido em 4 itens, além dessa introdução. No primeiro, discutimos a natureza da crise desencadeada pelo coronavírus, procurando contextualizá-la na crise estrutural do capitalismo global. Em seguida, discutimos os impactos da crise na América Latina. No item seguinte, abordamos os obstáculos estruturais para a retomada de um crescimento com distribuição da renda, autonomia nacional e uma inserção dinâmica na economia mundial, além de apontarmos os limites do modelo de crescimento econômico vigente. Por último, tecemos de maneira sucinta alguns comentários.

I -A crise mundial desencadeada pela pandemia

A crise mundial de 2020, embora desencadeada pela pandemia de coronavírus, não pode ser atribuída unicamente a uma determinação exógena à economia global. Só é possível compreendermos a amplitude da crise no contexto de baixo e desigual desempenho da economia

mundial desde a Grande Recessão de 2008 – 2009, que não foi totalmente superada, não obstante a relativamente rápida recuperação de alguns países, em especial do leste-asiático. Porém, outras regiões, como a América Latina, o Japão e a zona do euro, apresentaram um desempenho sofrível. O capitalismo vive uma crise estrutural de longo prazo.

A economia mundial, de modo geral, apresentou nítidos sinais de desaceleração em 2019. Neste ano, o PIB mundial cresceu 2,9% contra 3,6% do ano anterior. Importantes economias apresentaram visível esmorecimento da atividade econômica². A razão principal desse declínio foi a debilidade da acumulação de capital, em um contexto de superprodução de capital e baixa rentabilidade³. O nível baixo dos investimentos decorreu de vários fatores, sendo os principais a queda da taxa de lucro, a existência de excessiva capacidade ociosa em diversos setores e os elevados índices endividamento das empresas⁴.

A dívida global, que já vinha se elevando de forma acentuada, cresceu ainda mais a partir de 2017 por meio da crescente emissão de títulos públicos e privados. Isto foi importante para sustentar a valorização do capital fictício.⁵ Contudo, observou-se, em 2019, certa instabilidade do mercado financeiro, o que levou, naquele momento, diversos analistas a preverem uma crise eminente, que acabaria estourando, mas por razões distintas.

Neste contexto, marcado pela queda da rentabilidade, pela existência de capacidade ociosa acima da média, pelo alto índice de endividamento das empresas e das famílias, pela concentração da renda e pelo baixo dinamismo do emprego e do consumo a pandemia atuou como um gatilho

² Em 2010, o PIB Mundial cresceu 5,4% em relação ao ano anterior. Parecia que se recuperara da Grande Recessão, mas a sua trajetória, além de modesta, mostrou-se declinante. Entre 2018 e 2019, o PIB das economias desenvolvidas declinou de 2,2% para 1,7%. Na China, por sua vez, esse declínio foi de 6,8% para 6,1%, enquanto na Índia a queda foi mais acentuada, de 6,8% para 4,8%. (FMI, 2020).

³ As taxas de investimento em relação ao PIB, em 2018, continuavam abaixo das observadas antes da crise. Nos EUA, entre 2007 e 2018, a taxa caiu de 22,59% para 21,00%. Nos países que compõem a OCDE a queda foi de 23,55% para 20,38%. Na Índia, de 41,93% para 31,30% e na China de 46,51% para 44,05%, não obstante o forte aumento da liquidez internacional e a queda das taxas de juros (BANCO MUNDIAL, 2020).

⁴ Segundo Roberts (2020d), a taxa de lucro média das corporações globais em trajetória de queda de longo prazo tendeu a declinar ainda mais, apesar das oscilações, desde a crise de 2007-2009, sendo que entre 2017 e 2019, caiu cerca de 10%. A política de austeridade, calcada na redução dos gastos públicos primários, dos salários e dos direitos sociais, que levou a uma piora na distribuição da renda, não foi capaz de reverter esse quadro. Pelo contrário, contribuiu para a sua deterioração. Entre julho de 2017 e janeiro de 2020 o nível de utilização capacidade instalada situou-se nos EUA ao redor de 77%, na China, 83% e na zona do euro 76%. Entre fevereiro e em março de 2020, a utilização média foi de 65% (TRADING ECONOMICS, 2020). Em 2019, a dívida global, foi estimada em US\$ 255 trilhões, cerca de 322% do PIB mundial. A política de *quantitative easing* induziu, o endividamento das empresas, estimulando a especulação com títulos e ações por meio de financiamentos da compra de ações e títulos a juros reduzidos. Paralelamente, os governos aumentaram a dívida pública, o que também contribuiu para sustentar a valorização fictícia do capital (CHESNAIS, 2020).

⁵ Segundo Chesnais (2020), só em abril de 2020, a emissão de dívida pública somou US\$ 2,1 trilhões, enquanto a média mensal entre 2017 e 2019 foi de US\$ 0,9 trilhão.

da crise. A abundante liquidez e as baixas taxas de juros, ao invés de estimularem a acumulação, o emprego e o consumo, serviram sobretudo para sustentar a valorização fictícia do capital, aprofundando o deslocamento da especulação da esfera real da economia. Ou seja, a expansão do crédito tem sustentado a especulação crescente com títulos, moedas e ações e desta forma estimulado o endividamento de empresas, bancos e outras instituições financeiras, à medida que a abundante liquidez está financiando a especulação.

A rápida expansão da pandemia, acompanhada por medidas de isolamento social, voltadas para deter a propagação do vírus, afetou negativamente a economia global, acarretando um declínio da produção, do comércio, dos investimentos, dos serviços, do emprego, dos salários e do consumo. Observou-se, ao longo de 2020, inúmeros problemas de fornecimento de insumos nas cadeias produtivas e comerciais em âmbito mundial. Tudo isso significou um simultâneo choque de oferta e de demanda. Em um primeiro momento, o risco de grave crise financeira, causado pela insolvência de empresas e famílias, era palpável, ainda mais diante da existência de uma superprodução de capital, expressa sobretudo pelos elevados montantes de capital aplicados na especulação, além do endividamento generalizado (ROBERTS, 2020a; CHESNAIS, 2020).

Dada a gravidade da situação, os governos e os bancos centrais dos países desenvolvidos, como vinham fazendo desde a crise de 2008, injetaram, de imediato, enorme quantidade de moeda no sistema e reduziram as taxas de juros, que já estavam em um baixo patamar. Esta ação impediu a deflagração de uma crise financeira de larga amplitude e aprofundou o deslocamento da valorização fictícia do capital das condições reais da acumulação de capital. Tanto é que os mercados financeiros reagiram rapidamente depois de um breve período de descenso das cotações dos títulos e das ações no primeiro semestre de 2020. Passado esse primeiro momento, os mercados de títulos e ações voltaram a se expandir ao longo do resto do ano em plena crise mundial⁶. Porém esse deslocamento é ilusório, pois mais cedo ou mais tarde as reais condições de valorização do capital se impõem e as bolhas especulativas estouram. Estão sendo criadas as condições para uma crise ainda maior mais a frente.

Entretanto, diferentemente do período da chamada Grande Recessão, as medidas anticíclicas, pelo menos de maneira mais intensa, também buscaram, sobretudo por meio da ampliação do crédito, socorrer as atividades produtivas, os serviços e o comércio, então sufocados pela falta de recursos e pela queda da demanda, além de ampliar e/ou introduzir variadas formas de auxílio aos desempregados. A soma da ampliação do gasto público, em particular dos auxílios aos trabalhadores desempregados e informais, e das garantias de crédito e empréstimos decorrentes

⁶ Ver a respeito, entre outros, Roberts (2021).

dessas políticas expansivas foram estimadas por Roberts (2020a) em cerca de 9% do PIB mundial, enquanto os dispêndios dessa natureza durante a Grande Recessão foram da ordem de 2% do PIB. No entanto, a maior parte desses dispêndios se destina a manter a liquidez do sistema em patamar elevado⁷. Ou seja, busca sustentar a valorização fictícia do capital. Estas medidas amenizaram a crise, mas não evitaram uma das mais profundas quedas no nível de atividade econômica e no emprego em escala mundial.

O confinamento afetou negativamente todos os setores da economia, mas em especial o setor de serviços e de transportes, que empregam um grande número de trabalhadores. Observa-se uma forte elevação do desemprego e grandes dificuldades de os trabalhadores informais encontrarem alguma ocupação. O declínio da renda deixou um enorme contingente populacional em situação bastante difícil, o que levou ao incremento da pobreza em escala global.⁸ No segundo trimestre de 2020, na fase mais aguda da crise, o desemprego nos EUA, sem contabilizar os trabalhadores que tiveram a jornada de trabalho reduzida, alcançou a cifra de 14,7% da força de trabalho, sendo que no mês anterior esse número tinha sido de 4,8%. Este foi o pior desempenho do mercado de trabalho desde a Grande Depressão dos anos de 1930.

No primeiro trimestre de 2020, o PIB da zona do euro, declinou 3,8%, sendo que a queda na França foi de 5,8%, na Itália de 4,7%, na Espanha de 5,2% e na Alemanha de 2,2%. No ano como um todo, o FMI estima uma queda de 8,3%, apesar da forte expansão no terceiro trimestre. Neste mesmo período, o PIB norte-americano caiu 4,8%, sendo que para o ano como um todo a queda foi de 3,5%, a maior desde 1946. O PIB chinês na fase mais aguda da crise declinou 6,8%, enquanto no último trimestre de 2019 tinha apresentado uma expansão de 6%. Porém, a economia chinesa, devido à eficiente política de combate a pandemia e às medidas anticíclicas, recuperou-se rapidamente e fechou o ano com uma expansão de 2,3%, mas este é o menor valor em décadas. Para o conjunto da economia mundial, em 2020, o FMI estima uma contração de 3,5% (EUROSTAT, 2020; FMI, 2020; TRADING ECONOMICS, 2020).

A profundidade e amplitude da crise, em parte, decorre de uma economia, cada vez mais, sustentada em cadeias produtivas e comerciais dispersas geograficamente, interligando quase todos os países do mundo. Ao mesmo tempo em que a China concentra em seu território parte crescente da produção manufatureira mundial. A crise atual denotou a vulnerabilidade de uma economia

⁷ Os EUA estão executando uma das mais amplas políticas anticíclicas do mundo, estimada em 2 trilhões de dólares. Desses recursos, 2/3 estão sendo dispêndios com empréstimos e injeção de moeda na economia. A menor parte é destinada aos milhões de trabalhadores formais e informais, que enfrentam elevado desemprego, na forma de auxílio monetário e isenções de impostos (ROBERTS, 2020c).

⁸ Ver a respeito, entre outros, Roberts (2020 a).

estruturada dessa maneira. Ou seja, apontou os limites da chamada globalização. A diminuição e/ou a interrupção do fornecimento de insumos explicita essa fragilidade, cujo um dos exemplos mais notórios consiste nas dificuldades de obtenção de equipamentos e insumos médicos essenciais para enfrentar a pandemia. Haja vista a dificuldade de o Brasil obter insumos para produzir vacinas, em que pese a desastrosa política do governo Bolsonaro no combate à pandemia. A situação estrutural de dependência e subordinação ficou escancarada neste episódio. Mas o problema não se limita aos países em desenvolvimento, atinge também países considerados desenvolvidos.

Estes problemas ao contribuírem para desarticular a produção aprofundam a crise. A vulnerabilidade de uma economia estruturada dessa maneira, provavelmente, acarretará mudanças na reconfiguração espacial da acumulação de capital em um contexto de acirramento das disputas entre os EUA e a China pela hegemonia mundial, que abre a possibilidade de uma série de conflitos regionais e no limite pode levar a um conflito aberto. Talvez observemos nos próximos anos uma tentativa por parte das economias nacionais de internalizar setores considerados estratégicos, abrindo espaço para uma maior autonomia nacional, dependendo das políticas adotadas e da situação geopolítica e geoeconômica de cada país. Todavia, o desfecho da luta pela hegemonia está longe de estar decidido, à medida que os EUA, apesar de crescentemente ameaçados pela ascensão chinesa, ainda dispõem do controle da moeda de curso internacional, do controle das finanças mundiais, de enorme poderio militar, de considerável desenvolvimento tecnológico e de incomparável projeção cultural.

Da mesma forma, não é possível concluir que esses acontecimentos significam o fim das políticas neoliberais e a volta do keynesianismo. Na Grande Recessão o neoliberalismo parecia batido, mas rearticulou-se assim que a situação apresentou alguma melhora a partir de 2010. Como naquele momento, as políticas keynesianas estão atualmente contribuindo para amenizar a crise⁹. Até o FMI tem defendido políticas fiscais expansivas, mas advoga o retorno à rígida ortodoxia fiscal assim que a situação permitir. Entretanto, é duvidoso que essas políticas expansivas tenham a capacidade de sustentarem uma rápida e efetiva retomada da atividade econômica, dada a magnitude da crise e do capital fictício, que resiste a desvalorização, e dado o baixo patamar da taxa de lucro.

⁹ A ação estatal na economia, mais uma vez, mostrou-se essencial para a economia capitalista. Em toda parte, despontaram políticas anticíclicas voltadas para socorrer o sistema financeiro e as grandes empresas, através da injeção de liquidez na economia, da redução dos juros e da introdução de programas de socorro aos desempregados, aos trabalhadores informais e as pequenas empresas. Ficou evidente, por exemplo, que a falta de investimentos públicos durante décadas fragilizou sobremaneira os sistemas de saúde. Também ficou evidente a necessidade de sistemas de saúde pública, que garanta acesso universal a toda a população.

Neste contexto, os países periféricos, em trajetória declinante, estão sendo fortemente impactados pela crise desencadeada pelo covid 19 tanto devido às suas precárias estruturas de saúde quanto devido à queda das exportações, à fuga de capitais e às restrições decorrentes da pandemia. O resultado, em 2020, foi o elevado desemprego, o incremento da pobreza e a queda do PIB. A vulnerabilidade externa estrutural e a situação de dependência restringem o leque de respostas e saídas da crise. Esse é o caso da América Latina.

II - Os impactos da crise na América Latina

Os impactos econômicos da crise desencadeada pela pandemia foram abrangentes na América Latina, mas afetando os países com intensidades diferentes, dadas as inúmeras peculiaridades nacionais. A região foi impactada em uma conjuntura de ebulição política e de baixo crescimento econômico desde o fim do boom de *commodities* (2003-2011)¹⁰. A partir de 2015 observou-se uma guinada política em direção à direita, cujos exemplos mais ilustrativos foram os golpes de Estado no Brasil e na Bolívia. Mas também se verificou um avanço da direita e de suas políticas neoliberais na Argentina, no Equador e no Uruguai. Esta tendência indica os limites das experiências de governos de centro esquerda na região, que ganharam terreno depois das agudas crises vividas no final da década de 1990 e início da de 2000 e que puseram em xeque as políticas neoliberais, adotadas, à época, por quase todos os países da região. Essa evolução parecia confirmada com a eleição do governo Bolsonaro, negacionista e radical de direita, no Brasil ao final de 2018, que engrossou a onda de forças de direita e neofascista observada em diversos países do mundo no contexto de crise estrutural do capitalismo. A eleição de Obrador no México não conseguiu ser um contraponto a essa tendência.

Entretanto, em um contexto de estagnação econômica, que marcou os anos de 2014-2019, e de degradação das condições sociais¹¹, observa-se uma crescente resistência popular às políticas de austeridade, o que tornou o quadro político e econômico regional bastante complexo. A resistência popular em diversos países, como Chile, Equador, Colômbia e Bolívia, onde um golpe de Estado, que tinha retirado a esquerda do poder, foi revertido a partir das pressões populares e da eleição de Luis Arce do Movimento ao Socialismo (MAS), em outubro de 2020, denota a abertura de outras possibilidades para o enfrentamento dos problemas da região. A vitória de Fernandez na Argentina, com base em um programa alternativo a austeridade neoliberal, é outro

¹⁰ Ver a respeito CEPAL (2020). Voltaremos mais adiante a esse ponto.

¹¹ Ver a respeito CEPAL (2019).

elemento dessa complexa conjuntura, cujo desfecho está em aberto, assim como é importante a resistência venezuelana e cubana aos persistentes ataques do imperialismo.

Neste contexto, a chegada da pandemia de Covid 19 ao continente, que afetou até o momento mais de 15 milhões de pessoas e provocou mais de 500 mil mortes, acarretou uma rápida degradação da situação econômica e social da região, para qual as políticas neoliberais não possuem respostas consistentes. A América Latina mergulhou em uma crise de largas proporções, aprofundando a tendência de descenso econômico e o esgotamento do modelo econômico dependente, em grande medida, das exportações de *commodities*. As repercussões desses desdobramentos poderão se estender por um longo período.

Do ponto de vista da economia regional, a pandemia rapidamente acarretou tanto um choque de oferta quanto um choque de demanda. O distanciamento social e as quarentenas afetaram com intensidade distintas todos os setores das economias da região, restringindo a produção, os transportes, o comércio e sobretudo os serviços. A queda do emprego e da renda foram acentuadas, o que levou a contração do consumo. Os investimentos, que já não vinham apresentando um bom desempenho, também declinaram. Ao mesmo tempo em que a crise generalizada na economia mundial levou, inicialmente, a redução dos preços das *commodities*. A contração dos preços das matérias-primas foi substantiva no primeiro semestre do ano. De janeiro a abril de 2020, a queda do preço dos minerais metálicos foi de 16%, enquanto a do petróleo foi de 55%. Isto afetou negativamente as economias latino-americanas, dependentes dessas exportações de *commodities*. Paralelamente, observa-se a fuga de capitais. O resultado foi uma severa retração da atividade econômica e a deterioração das condições sociais.

A maior queda ocorreu no segundo trimestre de 2020, quando o PIB regional apresentou uma queda anual de 15,35%, sendo que no Brasil essa queda foi de 9,6%, no México de 17,0%, na Colômbia de 16,1% e no Chile de 13,5%. Nos três primeiros trimestres do ano, o PIB da América do Sul declinou 7,7% e o da América Central e do México 9,6%. Quedas dessa magnitude deveram-se tanto as medidas de restrições internas adotadas para deter a pandemia, e que levaram a contração dos investimentos e do consumo, quanto a retração do setor externo, apesar da melhora da conta de transações correntes e da balança comercial regional. Em 2020, a CEPAL estima para a América Latina um déficit nas transações correntes de 0,4% em relação ao PIB, ante de um déficit de 1,9% em 2019, e um resultado positivo na balança comercial da ordem de 2% do PIB, superior aos 0,7% do ano anterior. Este resultado se deveu sobretudo a forte queda das importações (18%), fruto da crise econômica, enquanto as exportações caíram 13%. A saída de capitais foi também importante, sendo que os investimentos em carteira perderam, em um

momento de aguda instabilidade, cerca de US\$ 65 bilhões nos dois primeiros trimestre, embora a situação tenha melhorado a partir de então, devido à política monetária expansiva adotada pelos países centrais. Isto não impediu, todavia, a desvalorização das moedas da região. Como na Grande Recessão, a crise geral do capitalismo não se desdobrou em crise cambial e financeira, diferentemente dos anos de 1990, quando a América Latina foi assolada por recorrentes crises cambiais e financeiras. Quanto ao IED verifica-se no primeiro semestre de 2020 uma elevação de 25% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que, juntamente com as remessas de emigrados, compensou a saída de capitais sob outras rubricas. A aguda retração da economia gerou uma queda substantiva do emprego. O desemprego aberto no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior sofreu um aumento de 2,6%, enquanto a taxa de ocupação declinou 10%, o que indica forte queda dos postos de trabalho informais. A população ocupada passou de 57,4% da PEA para 47,9%, representando uma perda de cerca de 47 milhões de postos de trabalho (CEPAL, 2020).

Limitados pelos constrangimentos estruturais (altos níveis de pobreza, acentuada desigualdade social, inserção subordinada e dependente na economia mundial, sobretudo no que se refere a dependência financeira e das exportações de produtos primários, e elevada vulnerabilidade externa estrutural) e políticos, que apresentam inúmeras peculiaridades nacionais, os países da região adotaram políticas anticíclicas visando enfrentar essa situação de crise generalizada, cujas bases são as seguintes:

- 1- Política monetária expansiva, voltada para salvaguardar o sistema financeiro, sobretudo visando o aumento da liquidez e a redução das taxas de juros, cabendo destacar a redução das reservas bancárias e a robusta ampliação do crédito para os bancos e para as empresas dos diferentes setores da economia. Linhas de crédito com juros baixos e menores exigências para pequenas e médias empresas e famílias, visando sustentar o consumo, o nível de atividade econômica e o emprego.
- 2- Política fiscal expansiva. Incremento nos dispêndios com o setor de saúde em todos os países. Ampliação dos gastos sociais e das transferências para os trabalhadores e grupos sociais de baixa renda, cabendo destacar os casos do Brasil (o auxílio emergencial para os trabalhadores informais), do Uruguai (flexibilização do seguro-desemprego, auxílio aos idosos e aos grupos mais vulneráveis da sociedade), da Bolívia (transferências diretas às famílias pobres e subsídios ao consumo de energia e água, distribuição de cestas básicas a população carente) e da Argentina (auxílio financeiro às famílias carentes e aos trabalhadores de baixos salários). Subsídios para o pagamento dos salários dos trabalhadores que tiveram a jornada de trabalho reduzida ou o contrato de trabalho suspenso, o que, de modo geral, implicou em redução da renda desses trabalhadores e deterioração de suas

condições de vida. Isenções fiscais para diferentes setores, em especial para o turismo, para o transporte e para as pequenas e médias empresas. Adiamento das contribuições referentes à seguridade social e às obrigações trabalhistas. Transferências de recursos dos governos centrais para os estaduais e municipais para cobrir perda de receita e maiores gastos com a pandemia. Garantia da continuidade da prestação de serviços essenciais para as famílias inadimplentes (CEPAL, 2020; KPMG, 2020).

O Brasil, por exemplo, implementou uma política ampla de combate a crise, mas que não neutralizou a crise, apesar de mitiga-la. Sob a pressão das circunstâncias de calamidade pública e apesar da resistência do ministro Guedes, foi aprovado o orçamento de guerra, que flexibiliza para o ano de 2020 o teto de gastos para os dispêndios relacionados à pandemia e a chamada regra de ouro, que proíbe a contratação de novas dívidas para financiar gastos correntes. Grosso modo, as principais medidas adotadas foram as seguintes: recursos para o financiamento da folha salarial, recursos para o financiamento da infraestrutura de turismo, transferência de recursos para estados e municípios, recursos adicionais para o Ministério da Saúde, auxílio emergencial para trabalhadores desempregados e informais e microempreendedores individuais e medidas voltadas para ampliar a liquidez do sistema financeiro. Em relação às medidas de liberação de liquidez o montante previsto de dispêndio é da ordem de R\$ 1,2 trilhões, mas nem todo esse montante foi injetado na economia. O governo injetou liquidez no sistema bancário, mas parte desses recursos ficou empoçada e aplicada em títulos, sustentando a especulação, não atingindo a economia real, onde poderia contribuir para fomentar a atividade econômica e gerar empregos e, por conseguinte, manter a demanda agregada. Em relação ao tímido auxílio emergencial de R\$ 600, que atinge 69,9 milhões de pessoas, cerca de 1/3 da população, o governo alocou no orçamento R\$ 254,4 bilhões. Esse dispêndio contribuiu para evitar uma crise mais profunda. Porém, é preciso salientar que os recursos previstos para socorrer cerca de 1/3 da população representam cerca de 21% dos previstos para serem colocados a disposição no sistema financeiro.

A elevação do gasto público, um dos principais instrumentos de combate à crise, foi considerável na região. Observa-se um incremento do gasto primário superior a 10%. Entre janeiro e setembro de 2020, este número representou para toda a região um aumento, em termos reais, correspondente a 2,9% do PIB, sendo que 2,1% do PBI correspondeu às transferências correntes. Cabe destacar o montante de recursos alocados nas transferências correntes, destinados sobretudo a cobrir gastos relativos à pandemia pelo Uruguai (15,1% do PIB), Argentina (12,9% do PIB), Chile (11,5% do PIB) e México (8,6% do PIB) (CEPAL, 2020).

Esta majoração de gastos acarretou a deterioração das contas públicas e da dívida interna. O déficit público aumentou de maneira considerável em quase todos os países. No Brasil, nos primeiros 8 meses do ano, o déficit nominal foi estimado pela CEPAL (2020) em 12,3% do PIB, sendo que o pagamento correspondente aos juros da dívida será de 2,7%, enquanto que, em 2019, o déficit global tinha sido 4,4% do PIB, devido sobretudo aos dispêndios com o pagamento de juros, que foram da ordem de 3,4% do PIB. A redução com pagamentos com juros deveu-se a queda das taxas de juros (SELIC), vinculada a política monetária expansiva. De modo geral, observa-se, segundo a CEPAL (2020), na região um aumento de cerca 100% nos déficits nominais dos governos centrais, entre janeiro e agosto de 2020. O Chile apresentou um déficit de 5,7% do PIB, ante 1,1% do ano anterior e o Peru de 5,5%, contra um déficit de 0,5% em 2019. No caso da Argentina, o déficit do governo federal, entre 2019 e 2020, saltou de 0,7% do PIB para 1,4%. No México, neste mesmo período, o déficit foi de 0,9% para 1,5% do PIB. Porém, estes dois países apresentaram superávits primários da ordem de 0,5%, o que implica que os pagamentos dos juros da dívida são os responsáveis pelos déficits globais. Não obstante a Argentina ter reduzido os pagamentos de juros em virtude da renegociação dos seus títulos em dólares, dispendeu no pagamento de juros, em 2020, 1,9% do PIB, contra 2,7% no ano anterior. Dessa forma, no México e na Argentina deve ter havido forte compressão de gastos em vários setores para compensar o significativo incremento dos gastos com a pandemia (CEPAL, 2020).

A deterioração da situação fiscal, vinculada sobretudo aos gastos com a pandemia, pressionou as dívidas latino-americanas. Segundo a CEPAL (2020), a dívida bruta média, em setembro de 2020, situava-se em 53,4% do PIB, o que representou um incremento de 7,4% em relação ao ano anterior. Na América do Sul, a dívida bruta média correspondeu a 56% do PIB, enquanto na América Central e no México a 50,8%. Estes números indicam ao contrário do discurso de muitos analistas neoliberais que a região não vive uma crise fiscal, apesar da tendência de incremento da dívida. Os países que apresentam maior dívida pública são a Argentina (95,4% do PIB), Brasil (90,6% do PIB), Costa Rica (66,2% do PIB) e Colômbia (61,0% do PIB). Dos países mais importantes, a Argentina apresenta uma maior vulnerabilidade, sendo que 57% de sua dívida é composta por títulos cotados em dólar e 46,6% é externa. Outros países que também têm uma alta porcentagem de suas dívidas em títulos cotados na moeda norte-americana são o Equador, o Panamá, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil, apesar de seu elevado endividamento, a parte de sua dívida corrigida pelo câmbio é relativamente pequena, cerca de 5,0% sem contar as operações do Banco Central no mercado futuro de dólares, ademais apenas 12,3% da dívida pública federal está nas mãos de credores externos.

Historicamente, no entanto, a tendência de crescimento da dívida pública e de deterioração fiscal na maior parte dos países latino-americanos vincula-se às elevadas taxas de juros, que por longo período mantiveram-se acima das taxas em vigor no mercado internacional, e à desvalorização cambial e não a gastos sociais destinados a enfrentar os graves problemas da região e/ou a dispêndios voltados para financiar o desenvolvimento econômico. O incremento decorrente dos gastos com a pandemia é excepcional. Portanto, a partir de uma perspectiva de longo prazo o crescimento da dívida pública apresenta um caráter eminentemente financeiro, consistindo em um espaço privilegiado de valorização do capital financeiro, que se apropria de parte do excedente econômico com aplicações especulativas com títulos da dívida pública¹².

A adoção generalizada de políticas monetárias e fiscais expansivas, que representou um afastamento do receituário neoliberal, não conseguiu neutralizar a crise, embora minorado sua profundidade, o que indica os limites das políticas keynesianas diante de uma crise estrutural, aprofundada pela pandemia do coronavírus. Esta dificuldade das políticas expansivas em debelar a crise não é uma excepcionalidade, dada a incapacidade dessas políticas, na maioria dos países do mundo, de reverterem a crise e assegurarem uma recuperação em forma de V, ao contrário do que foi propalado por vários governos e economistas neoliberais. A recuperação da economia mundial poderá ocorrer na forma de uma raiz quadrada ou de um anzol.

A partir de terceiro trimestre de 2020, observa-se uma melhora da situação econômica com o relaxamento das restrições impostas pela pandemia. A economia brasileira cresceu no terceiro trimestre 7,7%, a mexicana 12,10%, a colombiana 8,70% e a chilena 5,2%. A recuperação verificada no final de 2020 não foi, contudo, suficiente para recuperar as economias latino-americanas da crise. A CEPAL (2020) estima uma contração do PIB regional de 7,7% em 2020. Também estima um crescimento de 3,7% em 2021, o que inclui um arrasto estatístico do desempenho muito baixo do ano anterior. Ainda segundo esta instituição, se a América Latina crescer 3,7%, em 2021, e voltar a crescer 1,8% (média do crescimento do PIB entre 2010 e 2019) a partir de 2022, só alcançará o PIB de 2019 em 2024. Porém, se crescer 0,3% (média do período 2014-2019) a partir de 2022, só ultrapassará o patamar de 2019 no final da década. Nada indica que a região conseguirá uma forte retomada, dado que a pandemia se prolongará ainda pelo menos por mais um ano, a economia mundial também continuará em marcha lenta e os limites do modelo de crescimento baseados nas exportações de bens primários continuam intocados, assim como a permanência da inserção subordinada e dependente na economia mundial e da vulnerabilidade externa que a acompanha.

¹² Ver a respeito, entre outros, Katz (2012).

IV – Os obstáculos estruturais a retomada da economia: o modelo de desenvolvimento e o esgotamento do ciclo de commodities

O boom das commodities entre 2003 e 2011¹³ (Ver gráfico 1), que, em parte, coincidiu com a fase expansiva do ciclo da economia mundial, consolidou um modelo de desenvolvimento dependente das exportações de commodities na América Latina, que vinha ganhando terreno desde a crise do desenvolvimentismo¹⁴ e a adoção da estratégia de desenvolvimento que, grosso modo, poderíamos denominar de neoliberal, pois balizada nas diretrizes do Consenso de Washington. A desregulamentação comercial e financeira, além de desestruturar muitas cadeias internas de produção, aprofundou a dependência dessas economias em relação aos fluxos externos de capital, como ficou evidente nos instáveis anos de 1990, quando da implementação de planos de estabilização baseados em âncoras cambiais. Ademais, as crises inflacionárias, das dívidas externas e fiscais fragilizaram sobremaneira as moedas nacionais, sendo que muitas deixaram de existir, e os Estados, que perderam a condição de conduzirem o processo de desenvolvimento. Observa-se, como uma das consequências desses acontecimentos, pelo menos para países como o Brasil e a Argentina, um processo de desindustrialização e uma tendência de reprimarização das exportações.

Gráfico 1

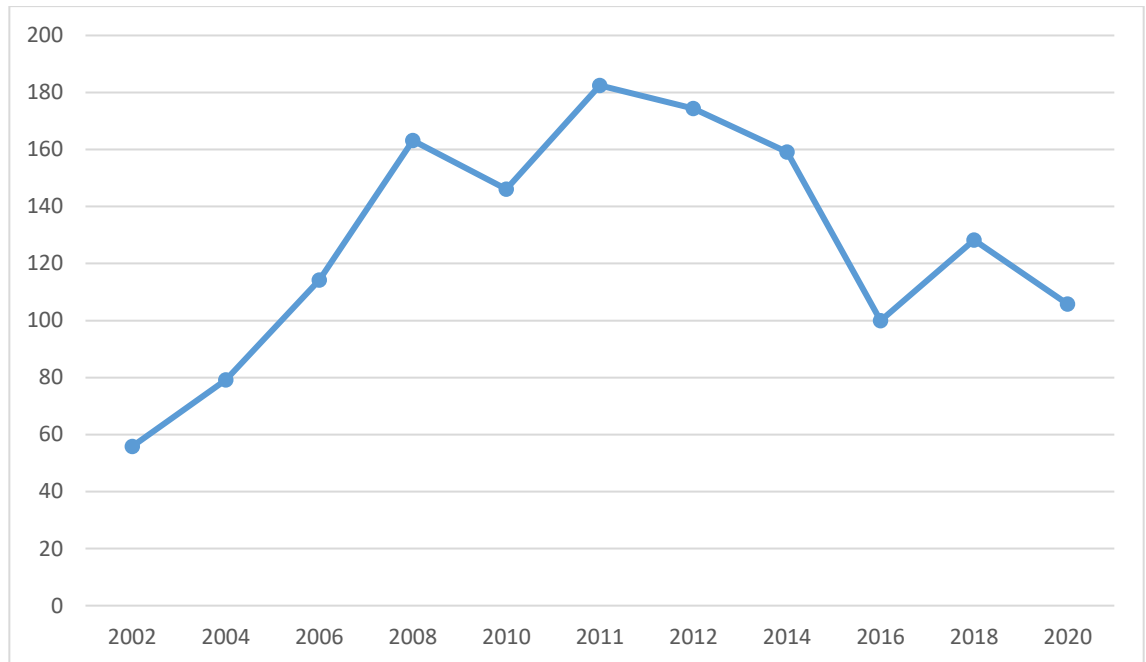
Índice de Preços das *Commodities* Primárias (2016 =100)

¹³ A crise aberta em 2008 não significou esgotamento desse ciclo. O nível de preços das *commodities*, que declinaram em 2009, logo se recuperaram até 2011, quando caíram suavemente até 2014, declinando mais acentuadamente a partir daí. A sobrevida do ciclo expansivo de *commodities* se deveu sobretudo a resposta que a China deu a crise estrutural do capitalismo global por meio de um amplo programa de investimento na infraestrutura e na indústria e isso manteve a demanda por *commodities* aquecida. No entanto, essa política agravou a crise de superprodução global ao aumentar o excesso de capacidade ociosa da economia, o que foi uma das principais causas da desaceleração da atividade econômica na China, atingindo negativamente o mercado de *commodities*. O fim do boom teve forte impacto nas economias latino-americanas.

¹⁴ No período desenvolvimentista (1930-1980), muitos países da região avançaram no processo de industrialização, baseado no mercado interno. Este foi sobretudo o caso do Brasil, da Argentina e do México. Todavia, a maioria dos países latino-americanos não logrou constituir uma economia diversificada, centrada no setor industrial, continuando a inserir-se na economia mundial como exportadores de bens primários. Mesmo aqueles países que desenvolveram suas indústrias, no novo contexto da mundialização do capital, passaram por um processo de desindustrialização. O México não se encaixa neste processo, mas seu setor industrial é frágil, composto, em grande medida, por empresas montadoras de produtos destinados à exportação e cujos insumos são majoritariamente importados. Ver a respeito: Cano (2000) e Corsi (2013).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais



Fonte: FMI/ Data

O ciclo expansivo da economia mundial (2003-2008), que foi decisivo para o boom de *commodities*, decorreu sobretudo de duas determinações, a saber: 1- Da retomada da economia dos EUA depois da crise da Nasdaq, com base em uma política econômica expansiva, centrada no aumento do gasto público, na redução dos juros e na ampliação do crédito, o que estimulou o endividamento das famílias e das empresas e a formação de uma bolha especulativa no setor imobiliário. Dada a enorme abertura da economia norte-americana, a retomada acabou estimulando a economia mundial, em especial os países asiáticos. 2- Da expansão da economia chinesa, que passou a ser o principal espaço dinâmico de acumulação de capital. Esta posição da China decorreu de transformações que vinham se processando desde a década de 1980 e que tenderam a reconfigurar espacialmente o capitalismo¹⁵.

Nestas circunstâncias, a China a partir da crise asiática de 1997 tendeu a criar uma periferia tanto em âmbito regional quanto global. A América Latina foi atraída pela força gravitacional da China e aprofundou sua inserção no capitalismo global como exportadora de *commodities* e bens

¹⁵ Um dos elementos centrais dessa reconfiguração espacial foi a abertura de novos espaços de acumulação na Ásia, em especial na China, que internalizou parte importante das cadeias globais de produção que se formaram a partir dessa fase. O peso crescente a China tendeu a reorganizar a divisão regional e mundial do trabalho. Todavia, essa inserção na nova ordem baseou-se em relações simbióticas com os EUA, que continuaram a ser o centro do sistema (BELLUZZO, 2009). A crise aberta em 2008, que se arrasta, e a crise causada pela pandemia de coronavírus tendem a colocar em xeque estas relações e, portanto, abrem uma fase de acirramento pela disputa de hegemonia no capitalismo global.

manufaturados de baixo valor agregado, reafirmando sua posição dependente e subordinada na ordem internacional. Esta situação adquiriu contornos mais claros a medida que a China passou a demandar enorme quantidade de bens primários a partir de 2003, desde o início da fase expansiva. Impulsionados pelo forte crescimento chinês e pela exacerbação da especulação, os preços das *commodities* sofreram acentuado incremento, cresceram, entre 2002 e 2011, 230%, sendo que os preços das *commodities* minerais cresceram 322% e o das energéticas 310%. Isto resultou em um incremento de 38% nos termos de intercâmbio da América Latina. O comércio da região com a China cresceu 22 vezes entre 2001 e 2013. O superávit comercial da América Latina no que se refere às *commodities* saltou de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 62,6 bilhões. Porém, ao mesmo tempo o déficit de produtos industrializados também apresentou um salto, de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 130,7 bilhões (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019).

Concomitantemente a esses processos verificou-se uma ascensão de governos de centro-esquerda na região, indicando o descontentamento popular generalizado com as políticas neoliberais adotadas desde a década de 1990. Este foram os casos do Equador, da Venezuela, da Bolívia, do Uruguai, do Paraguai, da Argentina e do Brasil. O boom de *commodities* contribuiu para criar as condições para que esses governos adotassem políticas expansivas e distributivistas da renda, mas na maioria das vezes não houve uma completa ruptura com as políticas neoliberais. O aumento substantivo dos preços das *commodities* e dos termos de troca e a entrada volumosa de capitais externos amenizaram a vulnerabilidade externa, afastando o risco de crises cambiais e possibilitando a expansão do mercado interno a partir da ampliação do consumo, dos investimentos e dos gastos públicos. Ou seja, ao contrário dos anos de 1990, quando qualquer crescimento mais acentuado da economia, que implicava acentuada majoração das importações, esbarrava na rápida deterioração das contas externas, acompanhada de forte pressão para a desvalorização da moeda, de fuga de capitais e de inflação. Daí a necessidade de elevar substantivamente os juros, o que levava a deterioração das contas públicas e a asfixia do crescimento e a necessidade de forte ajuste fiscal, reforçando a retração economia. A elevação dos termos de troca, os estímulos advindos do aumento das exportações, a entrada volumosa de capitais e a relativa folga nas contas externa, decorrente sobretudo do boom de *commodities*, desfazia, pelo menos temporariamente, a armadilha das políticas neoliberais e abria espaço para o crescimento, baseado em particular na expansão do mercado interno.

Mesmo com as consequências negativas da crise de 2008, o PIB latino-americano, entre 2004 e 2011, cresceu em média 4,18% e o PIB *per capita*, entre 2006 e 2011, cresceu em média 1,66%. A taxa de desemprego declinou de 8,6% para 6,7% neste período. Entre 2002 e 2012, a

parcela de pobres na população diminuiu de 43,9% para 28,2% e a parcela de indigentes de 19,3% para 11,9% em relação a população total. Contudo os efeitos do boom de commodities não foram homogêneos. A América do Sul¹⁶ foi mais impactada, enquanto no México¹⁷ e na América Central¹⁸ esses impactos foram de menor amplitude, em grande medida em virtude da forma como essas regiões se inseriam na economia global (LEITE, 2017; SANTOS, 2015).

A inserção das economias latino-americanas na economia mundial, sobretudo como exportadora de bens primários, induziu a reprimarização das exportações e aprofundou o processo de desindustrialização, em especial na América do Sul, ao longo do boom de *commodities*. Dessa maneira, as velhas estruturas foram reforçadas, dificultando assim uma inserção mais autônoma e dinâmica no capitalismo global e uma maior integração regional. O processo de desindustrialização se acentuou a partir de 2000, apesar de datar da década de 1980. O peso da indústria de transformação no valor agregado adicionado total, entre 2000 e 2014, encolheu, indo de 18% para 13,7%¹⁹. Em 2000, 58,2% das exportações latino-americanas eram compostas de produtos manufaturados e 41,8% de produtos primários (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019). Em 2013,

¹⁶ A América do Sul, entre 1980 e 2003, cresceu 2,8%. Entre 2003 e 2011 cresceu em média 5,3%, e, entre 2012 e 2015, cresceu 2,9%. Os termos de troca cresceram cerca de 60% de 2000 a 2010. A conta de transações correntes apresentou nítida melhora até 2008. Verifica-se neste período um aumento importante das reservas internacionais, assim como as moedas da região tenderam a se valorizarem (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019).

¹⁷ O México foi relativamente pouco afetado pelo boom de *commodities*, não obstante a importância das exportações de petróleo para este país. A economia mexicana cresceu, entre 1980 e 2003, 2,7% em média por ano. No período 2004-2011, também cresceu 2,7%, e, no período 2012-2016, cresceu 2,5%. Suas exportações aumentaram em 75% entre 2000 e 2008, enquanto as dos países sul-americanos aumentaram 324%. Isto decorreu de o fato deste país ser muito dependente dos EUA, exportar pouco para a China e ter sofrido forte concorrência chinesa de produtos manufaturados, sobretudo no dos EUA. A queda da pobreza no México foi mais modesta. Em 2002, os pobres correspondiam a 39,4% da população, número que declinou para 36,3%, em 2010, sendo que no mesmo período o número de indigentes cresceu de 12,6% para 13,3%. No México não verificou-se desequilíbrios de monta nas transações correntes e sua moeda não se apreciou na mesma proporção que as sul-americanas. Verificou-se crescimento das exportações de manufaturados desde 2006 (LEITE, 2017; SANTOS, 2015).

¹⁸ A região não é grande exportadora de matérias-primas, além de depender sobremaneira dos EUA. Os termos de troca regional, entre 2000 e 2010, caíram 14%. O seu crescimento continuou, em boa medida, do financiamento externo. O crescimento dos países da região foi diferenciado, sendo que Panamá, República Dominicana, Honduras e Costa Rica apresentaram um crescimento mais significativo, Belize, Haiti, El Salvador, Nicarágua e Guatemala tiveram um baixo ou moderado crescimento (LEITE, 2017; SANTOS, 2015).

¹⁹ Em 1970, a indústria representava 23,5% do PIB regional, em 1990, 21,9%, em 1990, e 16,1%, em 2010. Em 2016, este número declinou para 14,3% do PIB, alcançando 14%, em 2018. Neste mesmo período, a participação da agricultura no PIB caiu de 11,6%, em 1970, para 5,7%, em 2010, e alcançando 5,8%, em 2016, e 5,4%, em 2018. Enquanto isso, verifica-se tendência de crescimento da participação do setor de serviços, que passou de 52,8% para 61,7% do PIB entre esses dois anos. Este setor não pode, em geral, ser caracterizado como concentrado em serviços modernos e dinâmicos. A participação da América Latina no valor agregado industrial mundial subiu de 4,5%, em 1970, para 7,2%, em 2010. Neste mesmo intervalo de tempo, a participação da Ásia subiu de 7,2% para 32,6%. A participação da América Latina nas exportações mundiais de produtos manufaturados, entre 1990 e 2010, passou de 2,2% para 4,1%, e na Ásia estes números foram respectivamente os seguintes: 14,8% e 35,3% (Nayyar 2014, p. 166-174, CEPAL, 2018, p. 34; CEPAL, 2020b, p. 34)

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

a situação se inverteu, 47,0% representavam bens manufaturados e 53% a bens primários. A tabela 1 abaixo indica essa evolução para alguns países da região.

Tabela 1

Participação dos produtos primários no total das exportações (em %)

	2000	2004	2008	2012	2016	2018
Argentina	67,6	71,2	69,2	68,8	73,4	79,5
Bolívia	72,3	86,7	92,8	95,1	94,5	92,7
Brasil	42,0	47,0	55,4	65,3	60,1	63,9
Colômbia	65,9	62,9	68,9	83,5	74,5	79,3
Chile	84,0	86,8	88,0	86,2	85,3	85,7
Equador	89,9	90,7	91,7	91,2	92,5	93,9
México	46,5	20,2	27,1	27,3	17,0	18,7
Peru	83,1	83,1	86,6	88,5	86,9	88,7
Uruguai	58,5	68,4	71,3	76,2	77,9	77,7
Venezuela	90,9	86,5	95,6	98,2	--	--
América Latina e Caribe	42,1	46,3	52,7	55,6	44,9	--

Fonte: CEPAL (2011-2020b)

Entretanto, é duvidoso que um modelo de desenvolvimento dependente da exportação de bens primários, da ampliação do consumo e a entrada de capitais estrangeiros consiga, garantir as condições materiais para um crescimento de longo prazo, para uma maior autonomia nacional, para o enfrentamento dos históricos problemas sociais da região e para o enfrentamento dos problemas ambientais. A diversificação da economia é de suma importância fundamental para alcançar um desenvolvimento sustentado com distribuição de renda e uma inserção dinâmica no capitalismo global, pois a diversificação da estrutura produtiva, sobretudo o desenvolvimento da indústria de transformação, possui um papel central para um crescimento mais acelerado, acompanhado de maior autonomia nacional, e para geração de empregos de melhor qualidade, além dos efeitos estimulantes dos múltiplos encadeamentos desse setor.

Todavia, implementar uma estratégia de desenvolvimento dessa natureza não parece ser tarefa fácil. As forças de esquerda e de centro esquerda que lograram conquistar o governo em vários países na América Latina durante o boom de *commodities* não conseguiram superar os velhos obstáculos estruturais, que foram reforçados pelas políticas neoliberais adotadas a partir de fins dos anos de 1980. O crescimento observado na primeira década do século e no início da segunda era muito dependente da expansão do consumo e da queda conjuntural da vulnerabilidade externa. Os

limites desse modelo vieram à tona com o esgotamento do ciclo de commodities, que resultou da crise aberta em 2008, embora o ciclo expansivo de *commodities* tenha perdurado por mais alguns anos, mas seu esgotamento, em boa medida, decorreu, como tentamos mostrar anteriormente, dos desdobramentos da crise. Este esgotamento é um elemento para entendermos a reação neoliberal que ocorreu na América do Sul a partir de 2014. Esta reação também está fortemente articulada à resposta que o capital está dando a crise estrutural do capitalismo global e ao aprofundamento das disputas em torno da hegemonia mundial.²⁰

A crise estrutural de superprodução de capital em curso abriu uma fase de baixo crescimento mundial, da qual desaceleração da economia chinesa é um dos desdobramentos. Apesar das economias latino-americanas terem respondido à crise por meio de políticas anticíclicas e da crise global não ter acarretado colapsos financeiros e cambiais como nos instáveis anos de 1990, a região entrou em uma fase de baixíssimo crescimento justamente quando o ciclo expansivo das *commodities* entrou em descenso (Ver gráfico acima), sendo que o PIB regional decresceu -0,2%, em 2015; -1,6%, em 2016; 1,1%, em 2017; 0,9%, em 2018, 0,9% em 2019 e a previsão de uma contração da ordem de 7,7%, em 2020. Em que pese também ser esse desempenho medíocre resultado de problemas internos em vários países, como o Brasil e a Venezuela, os indícios de que se deve, em boa medida, ao esgotamento do boom de *commodities* e ao modelo de crescimento a ele associado são consistentes.

V- Considerações Finais

A partir desse quadro e do aprofundamento da crise estrutural do capital, em certa medida, devido à crise desencadeada pela pandemia do coronavírus, coloca-se para os países latino-americanos a ruptura com o modelo de crescimento calcado sobretudo nas exportações de commodities, na ampliação do consumo interno e nos fluxos externos de capital. As políticas anticíclicas de inspiração keynesianas têm se mostrado insuficientes para garantir uma rápida recuperação. Estamos longe de uma retomada em V. Indícios sugerem a continuidade da tendência de baixo crescimento e da inserção passiva no capitalismo global. Parece inexistirem forças capazes

²⁰ O golpe de Estado no Brasil, a crise na Venezuela, a vitória de Macri na Argentina, a ascensão da direita no Equador e o golpe na Bolívia denotam os impasses dos governos de esquerda e centro esquerda da região, o que se espelha no enfraquecimento da UNASUL e da ALBA e no surgimento da Aliança do Pacífico, que congrega países que apostam na estratégia neoliberal. O México está atrelado a economia dos EUA. A opção pelo fortalecimento da integração regional, expressa na resistência a ALCA e no fortalecimento do Mercosul, está enfraquecida. Assim como a política Sul-Sul e a aposta nos BRICS perderam terreno com o golpe de Estado e com a eleição de Bolsonaro no Brasil, o que significou uma aproximação aos EUA, que buscam retomar espaço na região após os avanços chineses nos últimos anos.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

de levar a cabo essa ruptura, apesar da crescente resistência observada em vários países, o que parece colocar a América Latina em uma trajetória de instabilidade. Porém, a história está em aberto e novas possibilidades de desenvolvimento podem surgir.

Referências

BANCO MUNDIAL. DATA. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NE.GDI.TOTL.ZS?end=2018&locations=CN-IN-DE-US-JP-ZJ&start=1960&view=chart>, acesso em 18/01/2021.

BASUALDO, E.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BELLUZZO, L. G. M. **Os antecedentes da tormenta**. Origens da crise global. São Paulo: UNESP, 2009.

BIANCARELI, A.; ROSA, R.; VERGNHNINI, R. **A coronacrisi**, a economia global e a periferia: uma síntese do choque em curso. Campinas, IE-UNICAMP, Nota CECON, n. 12, 2020.

CANO, W. (2000). **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP.

CHESNAIS, F. **Finance capital today**. Boston: Liden, 2016.

_____. O estado da economia mundial às vésperas da pandemia. Disponível em: Carta Maior. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Um-endividamento-mundial-muito-alto/7/47378>. Acesso em 20/11/2020.

CEPAL. 2003-2020. Anuarios Estadísticos. Disponível https://www.cepal.org/es/publications/list/?search_fulltext=Anuarios+estadisticos.

Acesso em 25/01/2021

_____. Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2019. Disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45000/125/S1901097_es.pdf. Acesso em 20/11/2020.

_____. Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2020. Disponível https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46501/91/S2000881_es.pdf

Acesso 20/01/2021.

CORSI, F. L. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G. (org.). **Trabalho e educação**. Contradição do capitalismo global. Maringá: Praxis, 2006, p. 17-46.

_____. Crise e reconfiguração do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, M. C. (org.). **As relações entre China e América Latina num contexto de crise**. Estratégia, intercâmbios e potencialidades. São Paulo, LCTE, 2011, p. 109-130.

_____; CAMARGO, J. M. ; SANTOS, A. A crise do capitalismo global: bolhas especulativas e novos espaços de acumulação na periferia. **Brazilian Journal International Relations**, v. 7, n. 2, p. 267-299, mai./ago. 2018.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

_____. A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global. **Austral. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.8, n.15, jan/jun. , p. 168-194, 2019.

ENFU, C.; XIAOQIN, D. A Theory of China's "miracle". Eight principles of contemporary chinese political economy. **Monthly Review**, 2017. Disponível em: www.monthlyreview.org . Acesso em: 16/10/2019.

EUROSTAT. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/lfs/visualisations#Ecotrends> . Acesso em 15/12/2020.

FMI. IMF Data . Disponível em <https://data.imf.org/?sk=471DDDF8-D8A7-499A-81BA-5B332C01F8B9> . Acesso em; 11/01/2020.

FMI. World economic outlook. Washington, DC : International Monetary Fund, 2020. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020> . Acesso em 18/01/2020.

GAULARD, M. Los limites del crecimiento chino. **Herramienta**. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/web-4/los-limites-del-crecimiento-chino>. Acesso em 19/10/2019.

_____. A crise do capitalismo chinês. Esquerda.net, 2016. Disponível em: <http://www.esquerda.net>. Acesso em: 19/03/2020.

KATZ, CLAUDIO (org.). La crisis capitalista mundial y América Latina: lecturas de economía política. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

KPMG. Impacto da Covid 19 na América do Sul. Disponível em <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/br/pdf/2020/08/analise-impacto-covid-19-america-sul.pdf> Acesso em 28/01/2021

LEITE, M. V. C. Integração constrangida na América Latina: velhos e novos problemas do subdesenvolvimento no início do século XXI (Tese de doutorado, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Brasil), 2017. Retirado de

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325389/1/Leite_MarcosViniciusChiliatto_D.pdf

MEDEIROS, C. A Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transição na Rússia e na China. In: FIORI, J. L. (Org.). **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 173-277.

NAYYAR, D. **A corrida pelo crescimento**. Países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, E. C. & CINTRA, M. A. (2015). América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: UFRJ. Retirado de

http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_012_2015_PINTO_CINTRA.pdf.

ROBERTS, M. **The long depression**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

_____. As cicatrizes econômicas pós-pandemia, 2020a. **Carta Maior**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/As-cicatrizes-economicas-pos-pandemia/7/47417> . Acesso em 16/05/2020.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

_____. El dilema de la deuda, 2020b. **Sin Permiso**. Disponível em <https://www.sinpermiso.info/textos> . Acesso em: 19/05/20.

_____. China in the post-pandemic, 2020c. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com> . Acesso em: 22/05/2020.

_____. Profitability, investment and the pandemic, 2020d. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com> . Acesso em: 22/05/2020.

_____. Covid y capital fictício. **Sin Permiso**. Disponível em <https://www.sinpermiso.info/textos/covid-y-capital-ficticio> Acesso em 30/01/2021.

SANTOS. B. G. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. **Revista do BNDES**, 43, 205-251, 2015.

TRAIDING ECONOMICS. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/germany/capacity-utilization> . Acesso em: 19/01/2021.